



NÔ PINTCHA

* ORGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS; AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFS.: 3713/3726/3728

BISSAU

Iniciou-se a terceira fase do Projecto da Extensão Rural de Bachile

O Centro de Extensão Rural de Bachile, que tem por objectivo promover o desenvolvimento agrícola e socio-económico da Região de Cacheu, entra na terceira fase de aplicação do seu projecto-piloto. Esta é a fase mais importante, que consiste na organização do meio rural, escolha das tabancas-piloto, onde se efectuarão as primeiras experiências, e início dos trabalhos com a comunidade rural.

Esta terceira fase foi inaugurada pelo camarada Francisco Mendes, Comissário Principal do Conselho dos Comissários de Estado, no dia 4 do mês de Fevereiro último.

Durante a semana passada, efectuaram-se reuniões em algumas das tabancas-piloto pré-escolhidas pela população, para a marcação dos dias exactos da semana, horas e locais de realização das respectivas reuniões. Os nove primeiros extensionistas rurais, formados no

ano passado pelo Centro de Bachile, num curso acelerado, serão divididos pelos quatro sectores-modelo, onde, nas respectivas tabancas, executarão as suas missões.

Os quatro Sectores da Região de Ca-

«Continua na página 8»

Vãa melhorar as ligações Bissau-Dakar

Os Chefes de Estado da Guiné-Bissau e do Senegal inauguraram um telex hertziano (ligação em frequência por rádio) ligando as nossas duas capitais, informou anteontem a agência France Press.

Este cabo é o primeiro desta natureza a ligar Bissau e Dakar. Destina-se a substituir por enquanto, ou pelo menos a suplantar, a pequena ligação por ondas decamétricas que tinha sido estabelecida logo a seguir a independência pelas telecomunicações dos dois países para atenuar a ausência total de comunicações entre o Senegal e o nosso país durante o regime colonial português.

Para inaugurar a ligação, o camarada Luiz Cabral, Presidente do Conselho de Estado da nossa República e Leopold Sedar Senghor, Presidente da República do Senegal, tiveram uma conversação telefónica.

Cursos do CIDAC sobre países de expressão portuguesa

Principiaram no passado, dia 28, os cursos que o CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral) está a preparar sobre a realidade dos países de expressão portuguesa. O primeiro, dedicado aos Congressos da Frelimo, do MPLA e do PAIGC, realizados no ano passado, vai ter sessões, nos dias 7 e 9 de Março e é orientado por Luís Moita, director do referido centro, segundo notícia do jornal «Diário de Lisboa».

«Procurar-se-á em conjunto com os participantes, aprofundar as opções políticas que neles foram tomadas e as grandes linhas de orientação futura em Moçambique, Angola, Guiné e Cabo Verde», diz o CIDAC numa nota a propósito do início dos cursos.

TERMINOU A REUNIÃO DO CSL DO PARTIDO

- ★ Francisco Mendes e Pedro Pires presidem os Conselhos Nacionais da Guiné e Cabo Verde
- ★ Criado o Secretariado Executivo do CEL

Com a criação do Secretariado Executivo do CEL e da Comissão de Contrôle do CSL e a designação dos membros dos Conselhos Nacionais da Guiné e Cabo Verde, presididos respectivamente pelos camaradas Francisco Mendes e Pedro Pires, terminou na tarde de ontem, em Bissau, a reunião do Con-

do, de problemas relacionados com a organização do Partido, sobretudo nas FARP e nas forças de Segurança.

A situação dos militantes no exterior, a discussão dos relató-

ram, entre outros, assuntos abordados durante as sessões d



selho Superior de Luta, que havia iniciado os trabalhos sexta-feira de manhã no Palácio da Presidência. A reunião, presidida pelo camarada Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAIGC, que deixou o país ontem à tarde, no termo dos trabalhos, ocupou-se, por outro la-

rios da Comissão de Verificação de Bens, dos dois Governos, do Conselho da Unidade e da Conferência Inter Governamental, fo-

trabalho da segunda reunião extraordinária do CSL. Este decidido ainda, no respeitante

«Continua na página 8»

Fidélis Cabral participou num seminário sobre Direitos do Mar em Luanda

Um seminário sobre Direitos do Mar reuniu em Luanda de 27 de Fevereiro a 2 de Março, os representantes dos países africanos de expressão portuguesa. A reunião, presidida pelo ministro angolano de Justiça, Diógenes Boavida, inseriu-se na preparação desses países para a

VII sessão da II Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Direitos do Mar, a ter lugar ainda este mês, em Genebra. Fidélis Cabral de Almada, Comissário de Estado da Justiça representou o nosso país, acompanhado do director de Serviços do Supremo Tribunal de Justi-

ça, João Maurício Chantre.

Os participantes concordaram em apresentar à ONU propostas comuns e em se reunirem antes da próxima sessão dos países não-alinhados. Na altura, o titular da pasta da Justiça angolana traçou um panorama geral sobre a importância da reu-

nião e recordou que o seminário tem por objectivo a análise e troca de pontos de vista sobre as questões mais importantes do texto da Convenção que contém 450 artigos, a posição da comunidade na busca de um novo direito do mar.

O PARTIDO É A GARANTIA DA CONTINUIDADE HISTÓRICA DA NOSSA REVOLUÇÃO

A cultura popular

Camarada Director:

A brilhante página cultural escrita pelo nosso povo durante a nossa vitoriosa revolução brilha a todo o momento e é lembrado nas cruciais ocasiões em que se revive uma data histórica.

À luz do passado, o presente foi um sonho realizável, visto pois que o nosso povo já desfruta desse «sonho-realidade». Para nós, a geração de hoje é a forma de conservar todas as criações: cantos populares da luta de libertação nacional e todas as manifestações culturais do povo, é escrever, registar, fazer pesquisas no tempo e na história sobre o passado, para que as vindouras gerações conheçam a história realidade que as massas populares viveram.

Já o nosso saudoso líder, camarada Amílcar Cabral, dizia que as massas populares são as portadoras da cultura, elas são a fonte e ao mesmo tempo a única entidade verdadeira capaz de preservar e criar, quer dizer fazer a história. Nós devemos em todos os momentos da criação artística ir às fontes, ou seja devemos fazer renascer a nossa cultura.

É com extrema satisfação que ao falar deste assunto, revivo e assisto a todas as vigorosas acções culturais que, reafirmando os nossos espíritos, vibraram num estridente som, fazendo voar com os ventos da história a cantiga colonial de fazer de nós um «figurino» europeu.

Parafraseando o camarada Amílcar Cabral, a cultura é a síntese dinâmica, no plano individual ou colectiva, da realidade histórica, material e espiritual de uma sociedade ou grupo, síntese que abarca tanto as relações homem/natureza como as relações entre homens e entre categorias sociais. Por sua vez, manifestações culturais são as diferentes formas que exprimem essa síntese, individual e colectivamente, em cada etapa da revolução da sociedade ou do grupo humano em questão.

(BAKULÉ)

Cinema em Bissau

A UDIB já em funcionamento

De facto, como o título indica, a nossa capital já tem em funcionamento (de novo), o cinema. A projecção de filmes na sala da Udib, que esteve suspensa durante algum tempo, devido a uma avaria no estabilizador de corrente, recomeçou na quarta-feira passada, com o filme «Chinatown», uma obra de origem americana, da autoria de Roman Polansky.

Contactámos o camarada Luis Alberto Garcia, ligado ao sector cinematográfico da Udib, que nos informou que a presente exibição de filmes é possível graças ao rectificador de corrente

eléctrica, emprestado pelo cinema da Base Aérea. No entanto, aquela colectividade enviou já há alguns dias, o seu aparelho para ser reparado em Portugal, esperando-se a todo o momento a sua chegada, o que garantirá de facto a continuação do cinema em Bissau, tanto mais que a Udib, possui a única sala com condições de segurança mínimas necessárias para a projecção de filmes.

Falando ainda de cinema, das salas de projecção em Bissau, fomos tocar no «cinema» do «An-car», sala que há longo tempo se encontra construída mas cujos «acaba-

mentos não foram ainda realizados, devido à falta de financiamento para a compra de máquinas projectoras, cadeiras, central de frio, sistema sonoro, etc.

As palavras são do camarada António Barbosa, gerente das «Instalações Ancar», contactado por nós. Instado a referir-se à forma de obtenção desse financiamento e à hipótese de uma eventual colaboração com o nosso Estado, através do Comissariado do Comércio, António Barbosa, não adiantou qualquer informação relevante, salientando que se «trata de

um empreendimento de António de Carvalho (dono das instalações) e só ele poderá dar uma resposta concreta».

Uma pequena palavrinha para o recém-criado Instituto Nacional de Cinema, que, cumprindo as suas resoluções, está a levar a cabo um política de desintoxicação do público amador do cinema no nosso país, trazendo-nos filmes de boa qualidade. Desejamos força a essas camaradas e fazemos votos para que o mesmo público se desbruce de facto sobre o novo cinema na nossa terra.

Inaugurada ligação telefónica Bissau-Bolama

No âmbito da cooperação com a França, foi inaugurado o circuito telefónico Bissau-Bolama pelo camarada Francisco Mendes, Comissário Principal que estabeleceu uma conversação telefónica com a camarada Francisca Pereira, Presidente do

Comité de Estado da região de Bolama-Bijagós.

Segundo informações colhidas junto das autoridades responsáveis por este serviço, encontra-se também em funcionamento o circuito Bissau Cacheu. Actualmente esta iniciativa está a ser alar-

gada a outras regiões do país, nomeadamente a Fulacunda, Catió, Bissorã e Gabú onde uma brigada de técnicos dos correios processa a montagem de antenas nessas localidades. Prevê-se que estas ligações comecem a funcionar até ao fim deste mês.

Reunião nas secções de Brufa e Iador

O vice-presidente do comité de Estado do sector de Bissorã e membro do Conselho de Estado, camarada Wagner Tchuda, deslocou-se à secção de Brufa e Iador, áreas do sector de Bissorã, onde presidiu a uma reunião com as populações locais.

Nessa reunião, foram discutidos diversos temas, nomeadamente campanhas clandestinas, saídas ilegais de mercadorias para o estrangeiro, pagamento da quota do Partido e do imposto da Reconstrução Nacional, regularização de preços dos artigos da primeira necessidade.

Veterinária investiga morte de gado

Deslocou-se no passado dia 2 a Gabu, o camarada Alexandre Sanca, responsável de veterinária, a fim de averiguar a causa que originou a morte repentina e simultânea de 10 vacas na secção de Canquelifa. Deslocou-se também a Bafatá, a fim de fazer entrega de recei-

ta do imposto de reconstrução Nacional na fazenda de Bafatá, o camarada Augusto Soares, funcionário da administração interna em serviço na região de Gabú.

Por outro lado, chegou na mesma manhã a Gabú, o camarada João Rocha,

auxiliar do registo civil do sector de Pitche, que fez a entrega das receitas do registo civil, respeitante aos meses de Janeiro e Fevereiro do corrente ano cobradas naquele sector, ao camarada Cristiano Monteiro de Mello, oficial do registo civil da região de Gabú.

Responde o povo

O que pensa do festival da canção?

O Festival da Canção promovido pela comissão organizativa dos festejos do segundo aniversário da Reforma Monetária na Guiné-Bissau, pôs frente a frente 13 jovens amadores do nosso país que tiveram uma oportunidade de demonstrar a sua capacidade no domínio da música e da canção. De todos os concorrentes foram classificados três dos que tiveram melhor apresentação no palco (voz e interpretação). Com grande alegria os concorrentes interpretaram músicas da nossa terra, do resto de África, principalmente do Congo, da Europa e da América.

Novas iniciativas deverão ser tomadas nesse sentido para que não fique só em competições de divertimento. As pessoas que foram entrevistadas pelo «Nô Pintcha» sobre o tema «O que pensa do festival da canção?» também deram a sua opinião sobre o acontecimento.

Zinda, 18 anos, professora de inglês — «O festival da canção organizado pelo Banco Nacional da Guiné-Bissau, por ocasião do seu segundo

aniversário, foi uma grande iniciativa e um grande passo no que diz respeito à música na nossa terra porque toda a gente estava já farta dos festivais a

nível de conjuntos, pois, todas as vezes que se fizeram festivais em Bissau foram para classificar conjuntos e não cantores e, as músicas repetiam-se praticamente».

«No que respeita às classificações, estou inteiramente em desacordo com o júri porque, logo no início do espectáculo disse-me que o que contava eram as interpretações e não as músicas e, o júri, quanto a mim, fez o contrário. Se eles de facto vissem a interpretação, tenho a certeza que davam o primeiro lugar à Diana pois, ela merecia e a sua interpretação era a melhor de todas. Para o se-

gundo e terceiro lugares acho que deveriam ficar o Serifo, o Pina o Narciso ou o Jaime. Também penso que as classificações foram um pouco dadas por influências».

DAR POSSIBILIDADES AOS AMADORES

António José, 20 anos estudante — «Pessoalmente gostei imenso deste festival da canção que o Banco Nacional da Guiné-Bissau organizou pois, além do mais, nunca tinha acontecido ainda no nosso país. Quando há festivais é só para os profissionais e nunca para os amadores e, devemos

dar possibilidades aos amadores para mostrarem também as suas capacidades no domínio da música. Essas pessoas se forem aproveitadas poderão seguir música e fazer grandes trabalhos no desenvolvimento da música no nosso país».

«Acho que, iniciativas deste tipo deverão ter continuidade e que o Conselho Nacional de Cultura deve dar todo o seu apoio para que se desenvolvam também».

NÃO SÓ PARA ANGIARIAR FUNDOS

Carla Sousa, 25 anos, trabalhadora — «Gostei mais deste festival de mú-

sica do que aqueles que foram feitos no estádio Lino Correia. Este tinha mais vivacidade e, muita gente não conhecia as pessoas que iam cantar por isso tinha mais suspense». Acho que devam dar continuidade a estes festivais a nível de amadores e não devia ser somente como uma forma de angariar fundos mas sim uma coisa mais séria. Esta gente pode ser aproveitada no futuro para o campo da música. Penso que todos os jovens que foram cantar percebem alguma coisa de música e que, devia haver um prémio para todos os concorrentes porque eles deram grandes provas».

Uma informação em função das necessidades do povo

«Apesar de todas as carências e dificuldades materiais e humanas com que a informação se debranta, temos de ser exigentes, pois a sua importância na educação e formação dos nossos trabalhadores e em todo o processo de transformação sócio-económico, é vital» — afirmaria o camarada Pedro Pires, Primeiro Ministro de Cabo Verde numa reunião realizada na Praia, com vários responsáveis de departamentos estatais e do Partido e responsáveis da informação nacional.

Os problemas com que se debate a informação em Cabo Verde foram objecto de uma exaustiva análise, numa reunião que contou com a presença de Olívio Pires, do CEL do Partido, dos Ministros dos Transportes e Comunicações, da Saúde e Assuntos Sociais, bem como secretários de Estado.

A necessidade de estabelecer um programa trienal de desenvolvimento, com vista a uma reestruturação e arranque desse sector, que não pode continuar a ser desempenhado por amadores, foi uma das conclusões extraídas dessa reunião. É também neste contexto que se entende a proclamação de 1978 como ano da Informação, muito embora sensíveis melhorias possam verificar-se já no decorrer deste ano.

A radiodifusão, nesta primeira fase, receberá dos responsá-

veis, uma especial atenção, dado o seu maior poder de penetração junto às camadas da população rural, ainda em grande parte semi-analfabeta. Um programa nacional de radiodifusão, produzido conjuntamente pelas duas emissoras existentes, na Praia e S. Vicente, será iniciado a título experimental, a partir do próximo mês e difundido em simultâneo, duas horas por dia.

Neste ramo da Informação, foi assinada a colaboração preciosa do Ministério dos Transportes e

Comunicações e da Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento, cujo recente acordo com a França, de que a primeira etapa é a montagem de um emissor de 10 kw, virá permitir cobrir eficientemente todo o território nacional.

Uma coordenação entre a Direcção-Geral da Informação e os diversos departamentos governamentais com maiores incidências no desenvolvimento sócio-económico do homem caboverdiano foi apontada durante essa reunião, o que permitirá uma informação em função das necessidades do nosso povo.

O apetrechamento do sector com equipamentos, novas instalações, quadros formados no exterior e aperfeiçoamento das existentes, além de outras medidas, mereceram atenção dos responsáveis, no sentido de libertar a Informação estatal do carácter amador que até ao momento tem revelado.

Saiu o n.º 1 da revista "Educação em Cabo Verde"

«Nos anos 50, a percentagem da população escolarizada relativamente à população de Cabo Verde não ultrapassava os quatro por cento. Este número sobe para cinco por cento na segunda década de 60, para vir atingir um máximo de 15 por cento, depois de 1978» — revela a revista «Educação em Cabo Verde», do Ministério da Educação e Cultura, cujo primeiro número, com data de Dezembro, acaba de sair a público.

«No tocante à escolarização, os dados estatísticos são bem diferentes da propaganda colonialista à volta da percentagem de alfabetizados no nosso país», diz ainda o primeiro número de «Educação em Cabo Verde».

Esta revista, que pretende levar o apoio pedagógico aos quadros da Educação, deverá em princípio, ser semestral e está previsto um preço especial para os estudantes e professores.



AMILCAR CABRAL

A Cultura Nacional

É que essas duas categorias colocam acima de todos os dados e solicitações de natureza cultural — e contra as aspirações do povo — os seus privilégios económicos e sociais, os seus interesses de classe. Eis uma verdade que o movimento de libertação não pode ignorar, sob pena de trair os objectivos económicos, políticos, sociais e culturais da luta.

DEFINIR PROGRESSIVAMENTE UMA CULTURA NACIONAL

Tal como no plano político, e sem minimizar a contribuição positiva que as classes ou camadas privilegiadas podem dar à luta, o movimento de libertação deve, no plano cultural, basear a sua acção na cultura popular, seja qual for a diversidade dos níveis de cultura no país. A contestação cultural do domínio colonial — fase primária do movimento de libertação — só pode ser encarada eficazmente com base na cultura das massas trabalhadoras dos campos e das cidades, incluindo a «pequena burguesia» nacionalista (revolucionária), reafricanizada ou disponível para uma reconversão cultural. Seja qual for a complexidade desse panorama cultural de base, o movimento de libertação deve ser capaz de nele distinguir o essencial do secundário, o positivo do negativo, o progressista do reaccionário, para concretizar a linha mestra da definição progressista de uma cultura nacional.

Para que a cultura possa desempenhar o papel importante que lhe compete no âmbito do desenvolvimento do movimento de libertação, este deve saber preservar os valores culturais positivos de cada grupo social bem definido, de cada categoria, realizando a confluência desses valores no sentido da luta, dando-lhes uma nova dimensão — a dimensão nacional. Perante esta necessidade, a luta de libertação é, acima de tudo, uma luta tanto pela preservação e sobrevivência dos valores culturais do povo como pela harmonização e desenvolvimento desses valores num quadro nacional.

A unidade política e moral do movimento de libertação e do povo que ele representa e dirige implica a realização da unidade cultural das categorias sociais fundamentais para a luta. Essa unidade traduz-se, por um lado, por uma identificação total do movimento com a realidade do meio e com os problemas e as aspirações fundamentais do povo e, por outro, por uma identificação cultural progressiva das diversas categorias sociais que participam na luta. O processo desta deve harmonizar os interesses divergentes, resolver as contradições e definir os objectivos comuns, procurando a liberdade e o progresso.

Memórias do Tarrafal (2)

★ Depoimento de um anti-fascista

Prosseguimos, neste número, com a publicação do artigo do «Voz do Povo» sobre memórias do campo de concentração do Tarrafal, em que o anti-fascista Manuel Alpedrinha, prisioneiro durante dez longos anos, evoca a vida naquele campo de morte lenta.

É bom lembrar que fascismo e colonialismo não foram só prisões. Foram também perseguições diárias lançadas minuciosamente em fichas, foram represálias sobre os familiares dos lutadores. É bom lembrar para que a memória não se encurte...

Manuel Alpedrinha deixou o campo do Tarrafal em 1946. Nunca mais fio preso, apesar de não ter abandonado a actividade clandestina. Mas... oiçamo-lo: A certa altura prenderam a minha mulher durante uns dias, pois queriam saber onde eu passava parte das tardes e das noites. Pelos vistos, o tipo ou os tipos que tinham posto a vigiar os meus passos não podendo dar informações que lhes pudessem indicar como e com quem eu de-

envolvia actividades. Claro que depois, ficaram na mesma...»

«Tive a oportunidade de ver, já depois do 25 de Abril, uma dessas célebres fichas. Era a coisa mais completa que se possa imaginar. Devassava a vida do indivíduo desde que nascia, passando à sua vida diária de adulto, às suas relações com a mulher, à maneira de pensar dos filhos, a que cinema ia, a que teatro ia, qual o barbeiro do marido, qual o cabeleireiro da senhora, tão espantosamente completa que me deixou absolutamente alarmado sobre os métodos de controle da vida de um cidadão a que se pode chegar».

É o senhor Papacho que, para além da solidariedade que manifestou

em novo aos presos políticos do Tarrafal, viu mais tarde uma sua filha integrar-se nas fileiras da luta armada de libertação nacional, conta, como depois da libertação se veio a inteirar da apertada vigilância a que estava submetido, durante toda a sua vida de adulto.

Passámos ao antigo presidio. Os soldados das FARP que nessas instalações recebem treinamento militar a fim de estarem preparados para prevenir qualquer eventualidade de retorno de «tarrafais», cercam Manuel Alpedrinha. seu primeiro pensamento vai para as árvores que plantou com outros companheiros de degredo, contra a vontade do então director do campo, que os chegou a acusar, imaginem... de sabotagem!

Nesse tempo, o aspecto do campo era totalmente diverso. Ele consistia inicialmente em tendas implantadas no interior de um terreno cercado de

uma profunda vala e de arame farpado que metia respeito tentar ultrapassar, até pelas carabinas sempre prontas a disparar dos inúmeros guardas. «Passámos um bocado mal quando as tendas se esfartaram», comenta o velho resistente, com quem procurámos, em vão, traços da célebre «frigideira», um cubículo de cimento armado exposto ao sol e ao cacimbo, onde se empilhavam, durante semanas seguidas, os prisioneiros que, por um motivo ou outro, incorriam na ira dos carrascos, o pior dos quais eram, as tentativas de fuga que, apesar de por demais audaciosas, não deixaram de ser organizadas.

Duma vez (não retivemos a data, infelizmente), os duzentos prisioneiros, entre quais se contavam inúmeros elementos do exército e da marinha, planejaram assaltar a guarnição do campo, tomar conta de Santiago e escapar para a África Ocidental em barcos desviados.

SECRETÁRIO-GERAL NA ABERTURA DA REUNIÃO DO CSL

gravidade dos motivos que levaram à criação da Comissão de Verificação de Bens e na nossa qualidade de primeiro dirigente do Partido, não podemos deixar de chamar a atenção para a necessidade de fazermos uma análise objectiva e serena das suas conclusões e de tomar as decisões que a disciplina partidária e o rigor ideológico nos exigem em matéria tão importante para o futuro do nosso Partido e da nossa Luta.

II

Ao militante atento, não escapam certamente os importantes progressos que o Partido vem fazendo no domínio da organização, apesar de as condições objectivas dos nossos países, nomeadamente a descontinuidade territorial, exigirem de nós mais meios e mais quadros para podermos garantir a funcionalidade das nossas estruturas de cúpula. É também evidente que o facto de os membros da Comissão Permanente do Comité Executivo da Luta estarem dispersos, circunstância que impede aquele órgão de funcionar verdadeiramente como órgão permanente, não deixa de exigir de nós soluções originais para os problemas de organização a nível de cúpula, problemas que são ainda agravados pela impossibilidade de o Secretário-Geral estar em permanência na sede do Partido.

Assim, considerando todos estes condicionalismos, a Comissão Permanente do CEL na sua reunião de 26 e 27 de Janeiro último, adoptou algumas propostas em matéria de organização que, após consideração pelo CEL, vamos submeter à vossa decisão.

Antes, porém, queremos referir que as fórmulas ora propostas que se baseiam nas nossas realidades presentes, não são, aqui apresentadas como soluções definitivas, devendo o CSL analisar futuramente os seus resultados práticos, com vista a introduzir as correcções e aperfeiçoamentos necessários à maior funcionalidade e eficácia dos organismos de cúpula.

No estádio actual de desenvolvimento das estruturas superiores do Partido, somos do parecer que o CSL deve manter a Comissão de Defesa e Segurança de 1976 e designar os seus membros na presente reunião, de acordo com a agenda de trabalhos. Estar-se-á a cumprir, deste modo uma directiva concreta do nosso III Congresso e a dotar o

nosso Partido e os nossos Estados de um instrumento indispensável à acção — que deve ser constante e conjugada — exigida pela salvaguarda das conquistas da nossa luta.

De acordo com a nossa agenda de trabalhos, o CSL vai apreciar um relatório da Comissão de Verificação de Bens. Poderá, portanto, certificar-se da importância que teve a criação dessa Comissão.

com vários departamentos dirigidos por secretários. Contudo, tendo em conta razões já evocados neste documento e a nossa experiência no domínio da organização, é aconselhável deixar-se para consideração ulterior a questão da criação de um Secretariado nos moldes referidos e adoptar, na fase actual, a solução da criação da função de Secretário Executivo do CEL.

O Secretário Executivo do

50 e 35 membros, respectivamente para a Guiné e para Cabo Verde. Na designação dos membros dos Conselhos Nacionais, que não têm de ser necessariamente membros do Conselho Superior da Luta, deverá utilizar-se o critério da possibilidade e da disponibilidade para uma participação efectiva nas actividades correntes do Partido.

Embora caiba aos Conselhos Nacionais a escolha

— Organização e Formação de Quadros; — Organização de massas; — Informação, Propaganda e Cultura; — Administração e Finanças.

Outras secções poderão ainda ser criadas de acordo com as exigências do desenvolvimento da organização. Por outro lado, podem também ser reservados para a responsabilidade do Secretário do Conselho Nacional, alguns domínios de secção, nomeadamente o da Ideologia.

Após esta reunião do CSL e a instalação próxima dos Comités Permanentes e dos Secretariados dos Conselhos Nacionais, teremos dotado o nosso Partido de todos os órgãos estatutários indispensáveis à nossa actividade. a nível supra-nacional e nacional.

Na nova etapa que se vai seguir e de acordo com as resoluções do nosso III Congresso, impõe-se agora que aumentemos o esforço que já vimos fazendo no sentido do completamento das nossas estruturas nos escalões inferiores. Só assim poderemos aproximar-nos realmente do modelo estatutário adoptado, o que é indispensável à eficácia da acção do nosso Partido.

Assim, terá particular interesse que criemos as condições que vão permitir, progressivamente a convocação das Conferências Regionais, de Sector e de Secção. Os resultados das assembleias de militantes e de quadros que têm sido realizadas tanto na Guiné como em Cabo Verde, revelam, pela sua importância, o interesse que poderão ter as Conferências acima referidas. Dadas as suas atribuições, as Conferências dos diversos níveis exigem cuidadosa preparação, não devendo ser convocadas nos escalões superiores antes de, nos inferiores, estarem a funcionar correctamente.

Ainda no capítulo dos problemas de organização, vai o CSL debruçar-se sobre uma proposta respeitante à organização do Partido no seio das Forças Armadas e de Segurança. Não vamos alongar-nos sobre esta questão, cujo tratamento pelo CSL é exigido pelos nossos Estatutos.

ORGANIZAÇÃO DOS MILITANTES NO EXTERIOR

Finalmente — e ainda no capítulo da organização — vamos referir-nos a uma

questão de grande importância para a qual urge adoptar as necessárias soluções. Trata-se de problema da organização dos militantes no exterior.

Sendo nos países de emigrantes, e tendo tido o nosso Partido durante a luta a tarefa de libertação nacional uma actividade mais desenvolvida nos núcleos da emigração, é normal que se nos ponha o problema dos militantes no exterior, com efeito, a existência desses militantes exigiu uma acção no sentido de conservação das suas ligações com o Partido e com as nossas terras, o que se afigura ser a melhor forma de combate a solicitações sempre possíveis vindas de elementos hostis à nossa causa.

Considerando as condições reais em que vive a nossa emigração e a experiência acumulada nesta relação toda a acção em relação aos militantes emigrados deverá ter em vista:

— Manter a ligação dos militantes emigrados com o Secretariado do Conselho Nacional do seu país de origem; — Orientar os militantes emigrados, prevenindo o seu desenraizamento e desmobilização; — Manter os militantes emigrados informados das realizações levadas a cabo pelos nossos governos no quadro da construção Nacional.

Estas são algumas das considerações que queremos apresentar-vos em nome do Comité Executivo da Luta, a título de introdução aos nossos trabalhos. Julgamos ter dado a ideia da dimensão da tarefa que nos espera nesta reunião, assim como da importância das questões que vamos tratar. Pensamos ainda que tenham trazido algumas propostas concretas para a solução dos nossos problemas, contribuindo para o avanço dos nossos trabalhos.

Lembramos, a terminação que o Partido sempre se tornou mais forte porque mais organizado e coeso, de cada uma das reuniões do CSL e dos outros órgãos superiores da Direcção do Partido. E é formulando o voto de que tal seja o resultado da nossa actual reunião que exprimimos a nossa confiança no sentido das responsabilidades de todos os presentes e na determinação de cada um de esforçar-se por dar uma contribuição positiva para o bom desenvolvimento dos nossos trabalhos.



A vigilância que devemos manter, em especial nesta fase, aconselham o alargamento da função de controle que deve exercer o CSL, a qual não deve restringir-se à simples verificação de bens. Sem prejuízo da sua eficácia e funcionalidade, pensamos, pois, que a Comissão de Verificação de Bens, talvez com a designação de «sub-comissão», deveria integrar-se numa Comissão de Controle que teria as seguintes atribuições: a) — Defender a unidade do Partido contra quaisquer actividades divisionistas; b) — Implementar a disciplina partidária; c) — Exigir responsabilidades aos militantes e candidatos que violem os Estatutos, o Programa e a disciplina partidária ou estatutal ou que tenham conduta moral ou cívica repreensível; d) — Examinar as queixas dos membros do Partido.

SECRETARIO EXECUTIVO DO CEL

Outras Comissões do CSL, indispensáveis a um mais eficaz desempenho das funções dos órgãos superiores de direcção do Partido, serão seguramente criadas no futuro, quando forem reunidas as condições necessárias a uma real funcionalidade das mesmas Comissões.

Do mesmo modo, é visível a vantagem que haveria de dotarmos a Direcção do Partido de um Secretariado

CEL exerceria, através dos Secretariados Nacionais e de Serviços próprios, as seguintes atribuições: a) — Orientar e controlar o funcionamento das estruturas partidárias; b) — Coordenar a actividades dos ramos nacionais do aparelho do Partido; c) — Superintender a execução da política de formação de quadros do Partido; d) — Orientar a actividade de informação e propaganda; e) — Orientar e controlar a acção das organizações de massas; f) — Assegurar a execução prática da política externa do Partido; g) — Dirigir os serviços administrativos e financeiros do Secretariado.

Com a criação da função de Secretário Executivo do CEL ficaria extinta a de Secretário da Organização criada pelo CSL em Agosto de 1976.

A nível nacional, o grande avanço de organização, já consagrado nos nossos Estatutos, traduz-se pela existência, em cada um dos nossos países, de um Conselho Nacional, cujas atribuições são definidas desenvolvidamente. De acordo com os Estatutos e com a nossa ordem de trabalhos, cumpre ao CSL fixar a composição e designar os membros dos referidos Conselhos.

Tendo em conta exigências de funcionalidade e a experiência de trabalho a nível nacional que já acumulámos, somos de parecer que os Conselhos Nacionais não devem ultrapassar, na sua composição, os totais de

do seu Comité Permanente e a organização de um aparelho executivo indispensável à execução das suas decisões e das dos órgãos superiores, é útil que o CSL forneça algumas orientações sobre a organização a esse nível, a fim de se poder garantir a desejada uniformidade de estruturas para que sem violentar as realidades, devemos caminhar nos dois países.

No que respeita à composição dos Comités Permanentes Nacionais, deve ele situar-se entre 5 e 7 membros, devendo excluir-se desse número o Secretário-Geral, o Secretário-Geral Adjunto e o Secretário Executivo do CEL, dada a natureza supra-nacional das suas funções.

Referiu-se atrás a necessidade prática de um aparelho executivo em cada um dos nossos países, a que poderá chamar-se Secretariado do Conselho Nacional. Este órgão deverá funcionar sob a dependência directa do Comité Permanente e ser dirigido por um dos seus membros — o Secretário do Conselho Nacional. As suas funções seriam fundamentalmente as de auxiliar o Comité Permanente a dirigir o trabalho diário do Partido e assegurar a execução das suas decisões e das dos órgãos superiores.

Para o desempenho das suas atribuições o Secretariado do Conselho Nacional pode criar secções a que se distribuiriam as seguintes tarefas:

FARP, 1 — FAPLA, 2

Num encontro amigavel

A equipa de futebol «1.º de Agosto», das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, derrotou a equipa das F.A. R.P. da Guiné-Bissau, por 2-1, num desafio amigável de futebol realizado na noite de domingo passado, no Estádio Lino Correia, em Bissau. Para as FAPLA marcaram Julião, aos 21 minutos, e N'Dunguide, aos 80 minutos. Pelas FARP marcou Claudio, na transformação de uma grande penalidade.

A equipa «1.º de Agosto» das FAPLA, que em princípio partiria ontem de regresso à Angola, esteve entre nós, a convite da direcção superior das FARP, convite esse que já tinha sido formulado aquando da visita do camarada Presidente Luiz Cabral à República Popular de Angola, no ano passado.

Este grande desafio de futebol que fez acorrer ao Estádio Lino Correia inúmeras pessoas, com a ânsia de apreciar um encontro desportivo entre combatentes da liberdade das mesmas trincheiras da luta, é

mais um passo dado no reforço dos laços históricos de amizade, irmandade e cooperação que existem entre a República da Guiné-Bissau e a República Popular de Angola.

No aspecto técnico e tático do jogo, a equipa do «1.º de Agosto», pertencente à Região Militar de Luanda, veio-nos mostrar que Angola possui um nível de futebol já bastante avançado. Durante todo o desafio, a equipa angolana, que possui um poder ofensivo muito bom, criou muitas situações de perigo que lhe podiam proporcionar uma vitória substancial, se a equipa das FARP não soubesse agir com cautela na organização do contrataque e também da defesa.

São de realçar, na equipa de «1.º de Agosto», a actuação do quarto-defesa Garcia, possuidor de boa estatura que, junto com os seus «não menos grandes» companheiros da defesa, conseguiu manter bem fora da sua área os atacantes farpenses, sobretudo qaun-

do se trata de lances de cabeça. Ndunguide e Julião foram os motores da equipa.

A equipa das F.A. R.P., após ter-se recomposto da surpreendente avalanche de ataques de que a sua baliza foi alvo, atacou bem, mas descompassadamente e com uma certa precipitação que não é o seu habitual. Mas, deixa lá que os adversários eram mesmo de criar bicho na cabeça — não hesitem em atacar e sempre com perigo, e ao defender não o fazem cerimónias...

O médio Lassana, jogador mais pequeno em campo, foi o quebra-cabeça para os visitantes. A sua grande agilidade foi a arma que mais lhe valeu na organização do ataque. Porém a sua fragilidade quase que o traiu, visto que lhe faltaram forças para aguentar tantas sobrecargas de que foi alvo, e chegou mesmo a pedir substituição, mas o público, o treinador e os seus parceiros, sem piedade, não lhe permitiram ir descansar o pobre físico.

O quarto - defesa

Claudio, foi o jogador mais teiz da equipa das FARP. Além de ter sido ele que marcou o ponto de honra para a sua equipa na transformação do «penalty», ele foi o senhor da sua defensiva, e se não houve mais golos das F.A. P. L. A., foi graças a ele. Claudio, possuidor de um grande poder de remate, chegou a defender sozinho a sua baliza. Nestas circunstâncias, valeu-lhe sobretudo a sua calma.

Constituição das equipas: Árbitro da partida Gregório Barduco.

FARP: Fidélis; Augusto Mário, Cláudio, João Gomes e Manlafi (depois Matos); Lassana, Caetano (depois Tchipa e Marinho (depois Jaquité); Mami, Bubo (depois Eustáquio) e Dinis.

1.º de Agosto (FAPLA): Napoleão; Mnaico, Lourenço, Garcia e Mascarenhas; Zeca, Sabino e N'Dunguide; Sansão, Julião e Lovambo.

Suplentes utilizados: Guimba no lugar do Mnaico, Barros, Chimalunga e Vandunen.

15.a jornada do Nacional de Futebol

Resultados da 15.ª jornada do campeonato nacional de futebol.

Balantas 3/Sporting 2
Bolama 1/Gabú 3
Bula 2/Farim 0
Buba 3/Bissorã 1
Tombali 0/UDIB 0.

O encontro entre o Desportivo de Cantchungo e Bafatá, não chegou de ser realizado devido à falta de policiamento. Entre-

tanto, aguarda-se que o árbitro nomeado para esta partida, camarada Arnaldo Morais, entregue o seu relatório à Federação Nacional de Futebol. Os outros encontros: Ténis Clube-FARP e Ajuda Sport-Benfica, o primeiro será disputado amanhã, pelas 21 horas, no Estádio Lino Correia; o segundo terá lugar numa data a indicar.

Tabela classificativa

	J	V	E	D	GM	GS	P
UDIB	15	8	6	1	28	12	22
Benfica	14	8	5	1	25	9	21
Tombali	15	8	5	2	29	13	21
Balantas	15	9	3	3	23	14	21
Gabú	15	7	4	4	29	23	18
FARP	14	5	5	4	22	18	15
Bula	15	6	3	6	18	23	15
Sporting	15	6	2	7	34	27	14
Bafatá	14	5	4	5	19	22	14
Buba	15	6	2	7	14	25	14
Ténis Clube	14	5	2	7	19	23	12
Farim	15	4	3	8	14	26	11
Bolama	15	4	3	8	20	33	11
Cantchungo	14	4	2	8	13	19	10
Bissorã	15	3	2	10	13	25	8
Ajuda	14	3	1	10	25	32	7

Hafia e Rangers defrontam-se para a "super taça"

ACCRA (AFP) — A Assembleia Geral da Confederação Africana de Futebol (C. A. F.) terminou os seus trabalhos no passado dia 3, com a adopção de várias recomendações que visam o desenvolvimento rápido do futebol no continente.

No decorrer de uma conferência de imprensa, o presidente da C.A.F., Tessema, declarou que a Nigéria e a Líbia organizarão as fases finais da taça de África das nações, em 1980 e 1982. Por outro lado, Tessema anunciou que a «Super Taça de África deverá

ser disputada entre o Hafia Clube da Guiné, vencedor da taça dos clubes campeões e o clube nigeriano «Enugu Rangers», vencedor da taça dos vencedores das taças), em Libreville (Gabão), antes do fim de Maio próximo.

A «Super Taça» foi oferecida à C.A.F. pelo presidente em exercício da Organização da Unidade Africana (O.U.A.). Tessema acrescentou que a assembleia geral da C. A.F. acordou o estatuto de observador no Comité Olímpico não racial de África do Sul.

O País

Reuniao do Comité do Partido da Regiao de Oio

No passado dia 1 do corrente, foi realizada em Farim, uma reunião do Partido da região de Oio. Nessa reunião, foram apresentados relatórios dos responsáveis de cada organismo de Estado a nível de região e dos vogais dos diferentes sectores da região. Além disso, discu-

tiu-se a admissão de militantes, a vida do Partido na região, preparativos para a próxima campanha de popularização dos resultados do 3.º Congresso e relação entre órgãos estatais e do Partido nos sectores.

A reunião foi presidida pelos camaradas Irénio

Nascimento Lopes e Teobaldo Barbosa, respectivamente membro do CSL do Partido e presidente do comité do Partido e Estado da região de Oio e Secretário da Organização do Partido da mesma região. Destacava-se também a presença dos cama-

radas Augusto Sanca e Paulo Na Danga, respectivamente delegados da educação e da veterinária.

Ainda na reunião, fizeram-se esclarecimentos sobre a seca e queimanças das matas. Falou-se também da utilização da Cruz Vermelha.

Nô Pintcha

Trissemanário do Comissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados. Serviço Informação das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP, Prensa Latina, APN e Nova China. Redacção, Administração e Oficinas. Avenida do Brasil. Telef: — Redacção 3713/3728. — Administração e Publicidade — 3726.

Assinatura (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:
Um ano 700,00 P.G.
Seis meses 450,00 P.G.
Assinatura (Via Aérea) África, Europa e América:
Um ano 800,00 P.G.
Seis meses 550,00 P.G.
— Caixa Postal, 154.
BISSAU — GUINÉ-BISSAU

Farmácias

HOJE — «*CERTRAL*» — Rua Vitorino Costa, telefone 2453.

AMANHÃ — *CENTRAL FARMEDI N.º 1* — Rua Guerra Mendes, telefone 2460.

Cinema

HOJE E AMANHÃ — Às 20h e 45 mint. o filme — «*IF*»

Telefones

Hospital «*Simão Mendes*» — 2888/2867.

Bombeiros Voluntários — 2222.

POLICIA; 1.ª Esquadra 3888 — 2.ª Esquadra — 3444.

CORREIOS; — Informação 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto/4 — TAP 3991/3 — TAGB 3004 — Aeroflot 2707 — Air Argelie 3775/7.

Chegadas e partidas de navios — 2922/5.

COMPANHIA DE ELECTRICIDADE E AGUAS

Gabinete do Director e Serviços Administrativos — Telefone 2411;

Brigada da Assistência aos Consumidores — Telefone 2414 (7 à 1h).

Terminou a 5.ª Assembleia Nacional da China Especial atenção aos assuntos económicos

PEQUIM — A primeira sessão da Assembleia Nacional chinesa dos representantes do povo da quinta legislatura terminou no domingo, no palácio do Povo em Pequim. Foram adoptadas as emendas na constituição do país e as principais disposições do plano de desenvolvimento económico nacional da China que vai de 1976 a 1985. O presidente do partido Hua Kuo-Feng, de 57 anos de idade, foi reconduzido ao posto de chefe de governo. A sessão elegeu o marechal Yeh Chien-Ying, de 80 anos, para a presidência de uma comissão permanente de 175 membros. Teng Hsiao-Ping continua o primeiro de uma lista de 13 vice-primeiros-ministros de um governo que tem 35 ministros, mais seis do que o precedente.

Após oito dias de trabalhos, a Assembleia Nacional chinesa consagrou a importância dada à economia pelo actual regime. Um novo texto do hino nacional foi também adoptado.

Hua Kuo-Feng declarou no seu relatório de governo que desde a primeira sessão da quarta legislatura da assembleia uma «luta de classes dura e complexa desenrola-se na China». «A eliminação do posto

dos quatro foi uma grande vitória», afirmou. E qualificou de «assunto de primeira importância» a continuação e a conclusão da luta contra o «banido dos quatro» e seus partidários.

Nos seis novos postos criados ou restabelecidos, figuram quatro ministérios científicos ou económicos. A comissão dos assuntos económicos do Estado: o seu campo de acção ainda não é conhecido. A comissão

dos assuntos científicos e tecnológicos. O ministério da Indústria Têxtil. A criação do ministério da Indústria Química, separado do Petróleo, traduz o considerável desenvolvimento deste sector fundamental nomeadamente para o desenvolvimento da agricultura, devido a produção de adubos. No sector administrativo, criou-se uma comissão dos assuntos civis, que poderá ser, segundo os observadores, uma espécie de ministério da Função Pública.

Finalmente, a reactivação de uma comissão dos assuntos das minorias nacionais traduz as preocupações do poder central de promover a união nacional necessária para a construção de um Estado «moderno e poderoso». Este posto existia antes da revolução cultural. (Tass, FP)

Indivíduos armados e uniformizados desembarcaram em S. Tomé e Príncipe

Para além das denúncias apresentadas na ONU e na OUA sobre a presença de aviões e barcos estrangeiros nas suas águas territoriais e das ameaças de mercenários estrangeiros, o primeiro-ministro da República Democrática de S. Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada declarou à imprensa angolana que «um grupo de indivíduos armados e uniformizados desembarcou num ponto isolado da ilha de São Tomé». O primeiro-ministro referiu-se por outro lado a um incidente «com indivíduos de tipo asiático, provavelmente naufragos de um navio mercante, desembarcados em São Tomé, por um petroleiro procedente da África do Sul».

Segundo o «Jornal de Angola», Miguel Trovoada pensa que «estas manobras se inserem no âmbito de uma estratégia global do imperialismo» em África. Em sua opinião não é de excluir em São Tomé a possibilidade de uma agressão «em grande escala», como a de que o Benin foi alvo o ano passado.

Na passada terça-feira o «bureau» político do MLSTP emitiu uma nota segundo a qual barcos não identificados continuam a violar as fronteiras marítimas do país.

«Estas acções provocatórias que acompanham as manobras subversivas da reacção interna — diz a declaração do «bureau»

político do MLSTP — visam preparar as condições para uma intervenção de mercenários e um golpe de Estado».

Acrescenta-se ainda na nota que «o firme apoio dos países amigos ajudará a repelir qualquer agressão contra a República Democrática de S. Tomé e Príncipe».

Vigilância popular

A direcção do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) e o governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, lançaram, à população do país, um apelo no sentido de redobrem a vigilância face às violações sistemáticas das suas fronteiras por

aviões e navios não-identificados.

Por decisão do Secretário Político do MLSTP, foram criados, no país, grupos de vigilância que têm como objectivo, a mobilização da população para a luta contra eventuais agressões fomentadas pela reacção interna e externa.

Zimbabué Frente Patriótica vai intensificar a luta

A Frente Patriótica do Zimbabué condena totalmente «o acordo interno» assinado na sexta-feira passada em Salisbúria entre o rebelde Ian Smith e os três dirigentes nacionalistas moderados, anunciou um comunicado de Maputo.

Os dois dirigentes da Frente Patriótica, Joshua Nkomo e Robert Mugabe, que se reuniram na semana passada na capital de Moçambique, sublinharam que não aceitarão participar nesta «marcha», e que prosseguirão os seus esforços para a eliminação do regime de

Smith e a dissolução das suas forças militares e para-militares a fim de conseguir a transferência de todo o poder para a maioria negra.

Numa entrevista dada no domingo à revista americana «Newsweek», Joshua Nkomo anunciou a intensificação dos combates no Zimbabué.

O acordo efectuado em Salisbúria fixa a data da pseudo-independência do Zimbabué para 31 de Dezembro de 1978, e garante largos poderes a minoria branca. (F. P.)

Etiópia: 82.º aniversário da vitória sobre a invasão italiana

ADDIS-ABEBA — Um grande «meeting» de massas e uma manifestação constituíram na quinta-feira passada em Addis-Ababa o ponto culminante dos festejos comemorativos do 82.º aniversário da vitória que um exército popular etíope obteve de 1 a 2 de Março de 1896, perto de Adua, contra um exército colonial italiano muito superior em armamento.

O presidente do Conselho Administrativo Militar provisório (CAMP), tenente-coronel Mengistu Haile-Mariam, salientou na sua mensagem à nação a firme decisão das massas etíopes em defender

com suas vidas a pátria revolucionária, seguindo o exemplo dos valentes lutadores contra os colonialistas italianos.

Mengistu Haile-Mariam reafirmou que «as vastas massas lutam hoje por uma Etiópia revolucionária que pertença às massas e que garanta o seu direito a uma vida melhor». (ADN)

Itália: Concluído acordo de governo

ROMA — O fim da crise governamental italiana parece estar à vista. Os seis partidos que formam a maioria parlamentar, incluindo o comunista, chegaram no sábado a um acordo de princípio para a formação de um governo democrata-cristão presidido por Giulio Andreotti. Este gabinete teria o apoio dos comunistas mas não a participação.

O Partido Comunista Italiano (PCI) entraria assim pela primeira vez desde o fim da segunda guerra mundial na maioria, ao lado da democracia-cristã. Mas o programa do governo será elaborado em conjunto pelos seis partidos que velariam pela sua execução. (FP)

Médio-Oriente

Exigir aos E. U. A. o reconhecimento da OLP

CAIRO — A Organização de Libertação da Palestina propôs a constituição de uma comissão ministerial árabe para se deslocar aos Estados Unidos e exigir o reconhecimento da O.L.P. por Washington, indicaram fontes da Liga Árabe.

Precisou-se que esta proposta está contida no memorando submetido pela OLP ao Conselho da Liga que, em princípio, deve reunir-se a 27 do corrente.

Segundo a OLP, esta comissão terá um duplo objectivo ao deslocar-se aos Estados Unidos: o primeiro será expor a posição árabe face à causa palestina e apresentar pedidos determinantes para levar Washington a adoptar uma atitude equilibrada no Próximo Oriente.

Com efeito, os palestinianos

consideram que os Estados Unidos devem «exercer pressões eficazes sobre Israel», impondo um embargo sobre as armas, e abstendo-se de facilitar a produção de armas em Israel e pôr termo à sua assistência económica.

O segundo objectivo desta comissão será pedir aos Estados Unidos e reconhecimento da OLP como representante único e legítimo do povo palestino e de ter contactos oficiais e directos com a organização.

No seu memorando, a OLP critica a política americana no Próximo Oriente e acusa Washington de «encetar uma campanha hostil aos direitos do povo palestino».

Entretanto, notícias de Aman indicam que vários palestinianos detidos na

Jordânia foram libertados na noite de quarta para quinta-feira passada.

A propósito das detenções, não será demais acrescentar aqui que cerca de 200 palestinianos, dos quais 98 do «Fatah», a principal formação da resistência palestiniana, se encontram ainda presos nas cadeias jordanianas.

Fonte autorizada palestiniana indicava no domingo à tarde que a maioria dos presos tinham sido detidos no decurso dos confrontos jordaniano-palestinianos de 1970-71 e durante a guerra israelo-árabe de Outubro de 1973.

POSIÇÃO DA CHINA

A China reconheceu a Israel o direito de existir «lado a lado com os países árabes», na condição de

SERRA LEOA DESEJA PARTIDO ÚNICO

DAR-ES-SALAM — A Serra Leoa examina seriamente a possibilidade de estabelecer uma democracia de partido único «porque é o desejo do povo seguir este caminho», declarou M. S. Fofana, membro do comité central do Congresso do Povo, à sua chegada no domingo passado a Dar-Es-Salam.

Fofana acrescentou que embora haja um partido de oposição no seu país, o seu papel é insignificante por que numerosas pessoas na Serra Leoa colocaram a sua confiança no Congresso do Povo.

M. S. Fofana acrescentou que o seu partido e o seu governo tinham muita estima pela Tanzânia, pela sua política e pelas suas instituições, e que no quadro de uma reestruturação, tinham decidido enviar uma primeira missão de estudo à Tanzânia. A delegação da Serra Leoa entregou também uma mensagem do presidente Siaka Stevens ao presidente Julius Nyerere. — (FP).

REMODELAÇÃO MINISTERIAL NA TANZANIA

DAR-ES-SALAM — O presidente Julius Nyerere procedeu a uma ligeira remodelação ministerial ao nomear dois novos ministros e dois secretários de Estado no governo tanzaniano, soube-se na passada sexta-feira em Dar-Es-Salam.

Daniel Machemba Madaha, secretário de Estado da Energia, dos Recursos Hidráulicos e Minerais, tornou-se assim, ministro sem pasta. Quanto a Samuel Sitta, secretário de Estado dos Transportes e Comunicações, foi nomeado ministro do Trabalho, em substituição de Alfred Tandau. Este tornou-se ministro sem pasta do novo Gabinete.

Os secretários de Estado ocuparão funções nos ministérios das Comunicações e Transportes e da Saúde Pública. — (FP).

PRESIDENTE DA AUSTRIA VISITA A JORDANIA

AMMAN — O presidente da Austria, doutor Rudolf Kirschlaeger, encontra-se desde domingo na capital jordaniana para uma visita oficial de quatro dias à Jordânia.

Esta visita responde a uma que foi efectuada pelo rei Hussein a Austria em Junho de 1976.

As conversações oficiais jordaniano-austriacas que começaram ontem, incidiram sobre a promoção das relações bilaterais em todos os domínios da cooperação. — (FP).

RFA: GREVE DOS OPERÁRIOS DO LIVRO

BONA — A greve dos operários do livro e as medidas de «lock out» tomadas pelo patronato numa série de tipografias da Alemanha Federal, na semana passada, continuaram ontem. 104 jornais que representam uma tiragem de mais de 15 milhões de exemplares não saíram. — (FP).

Terminou a Reunião do CSL do Partido

(Continuação da página 1)

criação de mais comissões, adiar para mais tarde esta medida, devido a problemas de quadros e da descontinuidade territorial com que debatem os dois países.

Quanto à criação do Secretariado do Partido, o CSL, atendendo as razões já evocadas, foi de opinião de que na fase actual não deve ser criada tal organismo, tendo adoptado a solução da criação da função de secretário executivo do CEL, funções cujas atribuições foram definidas pelo CSL. Este estabeleceu que aquelas seriam exercidas pelo secretário executivo através dos secretários dos conselhos nacionais e dos serviços próprios do secretariado executivo.

Questões como as relações externas do Partido, as actividades da Comissão de Verificação de Bens, agora uma sub-comissão integrada na Comissão de Contrôlo do CSL e ainda com a ordem de precedência que devem observar-se a nível de protocolo do Estado foram igualmente debatidas durante a reunião. Num conferência de Imprensa concedida aos órgãos de Informação nacionais e estrangeiros e que publicámos na página 8, o camarada José Araújo, secretário executivo do CEL refere-se a estes pontos, ao mesmo tempo que resume o que foi a reunião do CSL do Partido, e as importantes decisões dela emanadas.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

«O nosso Partido no que respeita à sua organização, às suas estruturas, está em constante movimento, adaptando-se em cada ocasião e em cada etapa da nossa luta às realidades do momento», afirmou o camarada José Araújo, durante a conferência de Imprensa concedida no fim da tarde de ontem, aos órgãos de Informação nacionais e estrangeiros, a propósito da reunião do Conselho Superior de Luta do

Partido. Referindo-se ainda ao aspecto, da organização, o secretário executivo do CEL acrescentaria que «uma das grandes forças que permitiram o triunfo da nossa luta de libertação nacional foi que, em cada etapa nós tivemos a capacidade de encontrar as fórmulas de organização que melhor se ajustaram as realidades desta etapa».

Foi tendo em conta essa realidade que o CSL, tendo-se debruçado sobre a oportunidade ou não da criação de várias comissões, previstas nos estatutos, para determinados sectores da nossa actividade, decidiu manter as duas já existentes, as de Defesa e Segurança, e de Verificação de Bens, e adiar a criação de novas comissões, até à criação de condições que garantam o seu funcionamento.

Outros aspectos organizativos seriam ainda discutidos pelo CSL nesta sua segunda reunião extraordinária deste ano, entre eles os relacionados com a organização do Partido nas FARP e nas forças de Segurança, para as quais se «tem que estabelecer uma organização particular». Por outro lado, foi adiada para mais tarde a criação de um secretariado do Partido, com os departamentos normais de um organismo deste tipo.

Nas suas declarações, o camarada José Araújo referiu-se detalhadamente aos relatórios apresentados pelo Conselho da Unidade, pela Conferência Inter-Governamental e pelos dois Governos, relatórios esses que permitiram ao CSL ter uma visão correcta da situação que vivemos nos dois países nesses curtos anos que se seguiram à libertação total das nossas terras, gravemente atingidas pelo flagelo da seca.

UNIDADE GUINÉ-CABO VERDE

Em relação ao Conselho da Unidade, esclareceu que depois do III Congresso, este Conselho dispõe já de orientações concretas sobre a linha do

Partido para a realização da unidade Guiné-Cabo Verde. A Conferência Inter-Governamental, segundo o camarada José Araújo, revelou-se um instrumento extraordinário para a aceleração do processo da Unidade Guiné-Cabo Verde, na medida em que tem permitido no seu âmbito a discussão de problemas, «a busca de vias que, através do estabelecimento de um sistema de ordenação das suas actividades dos dois Estados e reforço das relações em todos os aspectos, vai também permitir a aceleração da dinâmica da Unidade».

Por outro lado, foi decidido reforçar as relações que o nosso Partido tradicionalmente tem com os outros partidos. Neste sentido e após a análise das missões que tinham sido decididas pelo CSL em 76, foi firmado que, no âmbito normal das relações com os outros partidos vão ser enviadas missões ao exterior. Outro ponto que mereceu especial atenção do CSL foi a apreciação do relatório da Comissão de Verificação de Bens, criada em Novembro último e que tem como missão verificar determinadas revelações que tinham chegado ao CSL de que alguns membros do Partido exerciam actividades lucrativas.

Após a apreciação do relatório, o CSL louvou os seus membros pela seriedade do trabalho apresentado. Com efeito, a Comissão constatóu de facto a existência de elementos do Partido que exerciam actividades lucrativas o que, segundo o camarada José Araújo, «não estão de acordo com a orientação, as opções e decisões concretas e precisas da direcção do Partido». Tais elementos foram criticados pelo CSL, tendo por sua vez se autocriticado. Tendo em conta que se trata da primeira falta no género praticado por velhos companheiros e combatentes da luta de libertação nacional, o C.S.L. aceitou a auto-crítica e decidiu que

os bens seriam entregues ao Estado e que no âmbito interno do Partido seriam tomadas medidas para que situações dessa natureza não voltem a verificar-se.

Casos houve que não chegaram a ser apuradas pela Comissão e por isso o CSL resolveu manter a comissão a fim de desenvolver as suas investigações, não só para os casos detectados mas para quaisquer outros que possam vir a detectar-se. Por outro lado, o CSL decidiu que a Comissão de Verificação de Bens passaria a ser uma sub-comissão integrada na Comissão de Controlo do CSL, cujas funções se limitam não só a verificar,

(como foi o caso) a prática ou não das actividades lucrativas por membros do Partido, mas de salvaguardar a disciplina partidária e verificar o cumprimento pelos membros do Partido, da disciplina do nosso Partido, dos seus deveres de militantes, tal como está consagrado nos estatutos.

«Portanto, salientou o camarada José Araújo, trata-se aqui de uma vigilância mais larga que vai até ao controlo do comportamento moral e cívico dos militantes do Partido que, como está na resolução geral do III Congresso e como nos ensinava o camarada Amílcar Cabral, deve ser cada dia mais Partido».

Terceira fase do projecto Bachile

(Continuação da página 1)

cheu e as suas cinco tabancas respectivas são os seguintes: Sectores de Cacheu (área 1), com as tabancas de Bianga, Cabaqueira, Bachile, Bassarel e Calequisse; Sector de Cantchungo (área 2), e as tabancas de Bará, Belequisse, Petabe, Plundo e Batucar; Sector de Caió (área 3), e as tabancas de Temambo, Tebebe, Binhangai, Ponta Campo e Pecixe; Sector de Bula (área 4), e as tabancas de Có (Cantém, Manga, Pubesse, Pete e S. Vicente). Os extensionistas deslocar-se-ão semanalmente, nos mesmos dias e às mesmas horas, a todas estas tabancas para que os camponeses se habituem a uma disciplina de horário.

Esta nova fase, que poderá durar de 6 a 12 meses, será de motivação e mobilização dos agricultores, adaptando-os a um sistema novo de trabalho. Já na fase de se pôr em prática os ensinamentos novos, serão os próprios agricultores, munidos das suas experiências tradicionais, que decidirão, em discussões

com os extensionistas, quais os trabalhos a executar.

Porém, já nas primeiras reuniões da semana passada, podemos dizer que as principais preocupações são manifestadas pela comunidade rural dos quatro sectores escolhidos, são a falta de água nos poços, o perigo das queimadas, a questão da preparação dos terrenos para a próxima época agrícola, o ataque das pragas nas culturas hortícolas, o fornecimento de sementes e no âmbito da Saúde, as doenças das crianças e o paludismo.

NOVO CURSO DE EXTENSÃO RURAL EM AGOSTO PRÓXIMO

Terá início no próximo mês de Agosto, no Centro de Bachile, um novo curso para extensionistas rurais, pretendendo-se que a maioria dos participantes seja de sexo feminino. Por esta razão, o Comissariado de Estado da Agricultura abre as inscrições para todos os interessados que possuem o nível médio de 2.º ano do Ciclo Preparatório. Os elementos preparados neste curso, sobretudo

Rui Barreto em Lisboa

A fim de discutir com as autoridades portuguesas aspectos relacionados com a cooperação no domínio dos transportes, partiu para Lisboa, o camarada Rui Barreto, Comissário de Estado dos Transportes e Comunicações da Guiné-Bissau. Rui Barreto havia deslocado anteriormente à ilha do Sal, Cabo Verde, para um encontro ministerial entre os dois países irmãos. Durante o encontro, que decorreu nos dias 23 e 24 de Fevereiro, as duas partes discutiram assuntos relacionados com a cooperação nos domínios técnico e internacional, a nível dos transportes, com vista à definição de uma estratégia comum entre os dois organismos estatais.

Por ser feriado nacional, amanhã o «NO PINTCHA» não se publica na sua edição de quinta-feira.

do do sexo feminino, irá desenvolver a parte social do projecto.

Paralelamente, o Centro de Extensão Rural de Bachile, sob o princípio de ligação constante da teoria à prática, vem desenvolvendo uma série de experiências agrícolas, tais como a produção de arroz, tabaco, mancarra, soja, cujas colheitas serão depois fornecidas às populações.

Uma grande campanha de arborização será iniciada brevemente na região de Cacheu, por iniciativa do Comité de Estado regional. Nesta campanha, o Centro de Bachile, colaborará intensivamente, pelo que, nas suas granjas, em Cacheu, Cantchungo e Caió, estão sendo preparados viveiros de cajueiros, limoeiros, mangueiros e palmeiras. Para melhor resultado desta campanha, nos diversos sectores da Região, funcionários de vários ramos de actividades do Estado estão a desenvolver o trabalho de explicação às populações da maneira como se irá desenvolver a campanha de arborização.